

O Iconoclasmo Bizantino: problemas e perspectivas.

Caroline Coelho Fernandes¹
Submetido em Setembro/2015
Aceito em Setembro/2015

RESUMO:

O período Iconoclasta de Bizâncio (726-843) foi um período conhecido por uma luta travada em torno das imagens religiosas e seus adeptos, no caso, os iconófilos, que culminou na proibição e destruição desses ícones. Essa batalha, que perdurou por mais de um século no Oriente medieval, teve início em 726, com um primeiro restabelecimento do culto das imagens em 787, com o retorno da iconoclastia, anos mais tarde, em 815, com a vitória definitiva das imagens e seus adoradores somente em 843, com o chamado “Triunfo da Ortodoxia”. O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise das principais fontes disponíveis para o entendimento do período, em conjunto com uma análise de uma ampla bibliografia que diz respeito às principais vertentes historiográficas acerca da iconoclastia bizantina.

Palavras-Chaves: Império Bizantino – Iconoclasmo - Oriente Medieval.

ABSTRACT:

The Iconoclastic period of Byzantium (726-843) was known for a struggle over the religious images and their followers, the iconophiles, culminating in the prohibition and destruction of these icons. This conflict, which lasted for over a century in the medieval East, took place in 726. It had its first image worship restoration in 787 with the return of iconoclasm years later in 815, and a definitive victory of the images and their followers only in 843, the so-called “Triumph of Orthodoxy”. This paper aimed at analyzing the main available sources for the understanding of the period together with an analysis of a wide bibliography that concerns the main historiographic aspects about the Byzantine iconoclasm.

Key-words: Byzantine Empire; iconoclasm; Middle East

¹ Bacharel, Licenciada e Mestranda em História, pela Universidade Federal de Ouro Preto, sob a orientação do Pr. Dr. Fábio Duarte Joly. E-mail: carolfernandes1989@yahoo.com.br

Introdução

O iconoclasmo bizantino foi uma batalha em torno das imagens que ocorreu no decorrer dos séculos VIII e IX, em Bizâncio, tendo início em 726, com o imperador isaúrico Leão III (717-741), terminando somente em 843 com o “Triunfo da Ortodoxia”² sob o comando da imperatriz Teodora, a armênia (842-855). Essa batalha que perdurou por mais de um século teve uma pausa em 787 com o restabelecimento do culto das imagens, sob o comando da imperatriz ateniense Irene (780-789)³, com o retorno da iconoclastia anos mais tarde, em 815, sendo o restabelecimento definitivo do culto das imagens somente em 843. Inicialmente essa luta em torno das imagens no Oriente medieval surgiu como uma forma de purificar o cristianismo da idolatria daqueles que veneravam as imagens, porém, a partir do estudo mais profundo do fenômeno é possível atribuir seus motivos a outras esferas dentro do Império bizantino que vão além das razões religiosas.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise das principais fontes utilizadas para o entendimento do período em conjunto com uma ampla bibliografia sobre as mesmas, e, também, uma análise das principais vertentes historiográficas acerca do iconoclasmo bizantino, que se dividem entre questões relativas à política e religião. Para isso, é preciso que estejamos atentos em relação à dificuldade de se estudar o período, já que o mesmo é considerado como a “Idade das Trevas”⁴ de Bizâncio, devido à destruição proposital em massa de documentos e fontes da época, tornando o período obscuro para os historiadores, exigindo dos mesmos maior atenção e cuidado com as fontes sobreviventes já que estas foram produzidas a partir do ponto de vista iconófilo⁵.

Dessa forma, é preciso chamar a atenção para a importância de se fazer estudos mais aprofundados sobre o iconoclasmo bizantino, devido à carência de material sobre o

² Conhecido também como o “Domingo da Ortodoxia”, o dia 11 de março de 843 ficou marcado como o dia da condenação oficial do Iconoclasmo, no qual em uma procissão solene, o documento intitulado “Sinodykon da Ortodoxia” foi depositado no altar da Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla. Neste documento há uma lista de anátemas contra os hereges, particularmente, os líderes da Iconoclastia, além de outros fundadores de heresias. Todos os anos no dia 11 de março é comemorado o “Triunfo da Ortodoxia”. KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 3 vol. Vol. 3.

³ A imperatriz Irene reinou por duas vezes em Bizâncio, a primeira como regente de 780 a 789 e a segunda como imperatriz de 797 a 802.

⁴ CAMERON, Averil. *O texto como arma: polêmica na “Idade das Trevas” de Bizâncio*. In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Gug. (Org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998. PP. 242-263.

⁵ Neste trabalho usaremos para designar aqueles que adoravam as imagens o termo “iconófilo”, segundo se encontra em *The Oxford Dictionary of Byzantium*, já que existem outros termos para designar aqueles que veneravam as imagens tais como “iconódulos”. Usaremos também o termo “iconoclasta” para designar aqueles que rejeitavam as imagens. In: KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 2 vol. Vol. 2.

fenômeno, e, também, o fato de que são poucos os trabalhos sobre a História de Bizâncio nas academias brasileiras.

O problema das fontes

Como já foi dito na introdução, nossa proposta neste trabalho diz respeito ao estudo do iconoclasmo bizantino e das possibilidades de fontes para a pesquisa na área e as dificuldades das mesmas. Para isso, neste tópico, faremos uma explanação e análise dos principais documentos utilizados para o entendimento do período (séculos VIII e IX), chamando a atenção para o fato de que só podemos ter acesso ao que ocorreu através de fontes produzidas a partir do ponto de vista iconófilo devido à destruição dos escritos iconoclastas após as decisões do concílio de 787 e, também, após o concílio que marcou o Triunfo da Ortodoxia em 843, que provavelmente também deve ter tomado as mesmas decisões em relação à destruição de documentos contrários às decisões iconófilas. Além disso, temos também o problema relacionado às fontes imagéticas do período que foram os principais alvos da política iconoclasta, fazendo com que tenhamos acesso somente às imagens antecedentes e as posteriores ao período.

Neste sentido, por causa da destruição de forma proposital desses documentos, Georg Ostrogosky (1984) nos chama a atenção para a possibilidade de se conhecer as decisões do concílio iconoclasta de 754, em Hieria, através das atas do concílio iconófilo de 787, em Nicéia, e as decisões do concílio de 815, que marcou o retorno da iconoclastia após o primeiro restabelecimento do culto das imagens, através da obra do patriarca Nicéforo (806-815), já que não restou nenhum escrito iconoclasta em sua forma original, apenas fragmentos que podem ser encontrados nessas fontes que foram utilizados para a condenação da iconoclastia.

Outra dificuldade que diz respeito às fontes do período é o fato de que as mesmas são em sua maioria eclesiásticas ou religiosas, o que segundo Marie-France Auzépy (2008) é um problema, pois é preciso que o historiador esteja atento ao caráter tendencioso desses documentos que são frutos do ponto de vista clerical ou monástico, ou seja, foram produzidos a partir dos ideais iconófilos, retratando a política iconoclasta e os seus adeptos sempre de forma negativa.

Além disso, havia o problema da falsificação de documentos do período, o que era muito recorrente devido à necessidade de apelo à autoridade, pois foi durante o período iconoclasta que surgiu “uma enorme quantidade de argumentação polêmica, controle de textos usados como provas, reunião de citações e refinamento das técnicas da

controvérsia”. (CAMERON, 1998, p. 247). Segundo Cameron era frequente o uso de debates formais nessas disputas, nas quais eram apresentadas as maiores preocupações da época através de textos que tinham a necessidade do uso de citações comprobatórias retiradas muitas vezes das Escrituras, com o objetivo de apelar para a autoridade e tradição como forma de argumentação. Com isso, muitos autores desses textos polêmicos da época, principalmente os autores de textos eclesiásticos, tendiam a recorrer às falsificações e adulterações para imbuir seus textos de autoridade. A questão referente à falsificação só foi levantada a partir do Sexto Concílio de 680-681, no qual as atas do Quinto Concílio de Constantinopla foram postas em dúvida, descobrindo-se então que as mesmas foram adulteradas, o que levou às autoridades da época a conferência de todos os documentos posteriores. Dessa forma, é preciso que o historiador esteja atento aos problemas relacionados às falsificações e adulterações de documentos do período iconoclasta, já que:

estabelecer um discurso autoritário é uma técnica importante, e a condenação dos oponentes, quando se lida com inimigos reais ou potenciais distribuindo-os pelas velhas e familiares categorias de abuso, ou mesmo criar oponentes imaginários, são todas boas maneiras de se lidar com uma ameaça percebida. (CAMERON, 1998, p. 256)

Assim, as fontes primárias para o estudo da iconoclastia as quais temos acesso são os escritos teológicos deixados pelo monge João Damasceno na primeira fase do iconoclasmo e os escritos deixados pelo também monge Teodoro Studita na segunda fase, os quais eram grandes defensores das imagens. Além disso, é possível também ter acesso às atas do patriarcado de Constantinopla que contém atas de concílios realizados no período, além de cartas entre patriarcas, o papa e imperadores, e outros documentos. Há ainda a *História breve* do patriarca Nicéforo (769) e a *Crônica* de Teófanos (escrita entre 810-814); a *Ecloga* obra jurídica da época promulgada pelo imperador Leão III em 726, e o ponto de vista do Ocidente em relação à política iconoclasta contra as imagens que pode ser encontrado nos *Libri Carolini*, famoso tratado da época atribuído ao imperador Carlos Magno, redigido provavelmente entre 791-794. Vemos assim que a maioria dessas fontes são eclesiásticas ou religiosas, já que “praticamente nada foi escrito em Constantinopla antes da década de 780”. (CAMERON, 1998, p. 244)

Dessa forma, nosso ponto de partida se encontra no edito promulgado pelo imperador Leão III em 726 e que marca o início do iconoclasmo⁶, no qual fora ordenado

⁶ A questão referente à data de início do Iconoclasmo é bem divergente entre os imperadores estudiosos do período, visto que alguns atribuem como o ponto de partida do iconoclasmo a ordem de retirada da imagem de Cristo da porta de bronze do Palácio Imperial, a *Chalkê*, em 726, pelo então imperador Leão III, enquanto outros apontam a data inicial como 730, na qual o mesmo imperador convocou um sínodo condenando oficialmente a iconoclastia. Neste trabalho usaremos como a data oficial 726, por

pelo imperador que fosse retirada a imagem monumental de Cristo da porta de bronze do Palácio Imperial, a *Chalké*, que provocou a ira da população bizantina, dando início, assim, à política iconoclasta⁷, documento este que pode ser encontrado na *Crônica* de Teófanos, e que é alvo de questionamentos dos historiadores devido à sua tendência iconófila. Segundo Bryer e Haldon (2001) é preciso que o historiador seja cuidadoso ao utilizar tanto essa fonte quanto a *História Breve* do patriarca Nicéforo, visto que ambas foram escritas por contemporâneos desses acontecimentos, ou seja, por testemunhas oculares de muitos dos acontecimentos do século VIII, que ao escreverem sobre esses acontecimentos poucos anos depois, refletiam nos textos suas próprias atitudes políticas e/ou religiosas, além de invocar para o documento suas próprias memórias ou as de outras testemunhas oculares que passavam essas informações oralmente. Além disso, os autores ainda chamam a atenção para o fato de que tanto Nicéforo quanto Teófanos teriam utilizado na maioria das vezes de fontes comuns, sendo que a diferença entre seus trabalhos pode ser vista no uso de outras tradições ou crônicas e na visão de cada autor sobre o acontecido.

Muito importante também para a compreensão do período iconoclasta são os registros das atas do patriarcado de Constantinopla (GRUMEL, 1989), que contém cartas trocadas entre imperadores, patriarcas e papas, documentos sobre assuntos teológicos, atas de concílios e mais ainda, documentos que remetem à administração imperial, decretos imperiais, entre outros assuntos que não dizem respeito somente às questões de cunho religioso. Porém, como toda fonte sobre o período da crise iconoclasta, segundo Bryer e Haldon, as atas também são problemáticas para os historiadores, no sentido de que elas foram por diversas vezes adulteradas posteriormente ou elaboradas com o intuito de refletir um determinado seguimento da opinião eclesiástica.

Nesse conjunto, de uma grande variedade de documentos que podem ser encontrados nessa importantíssima fonte referente ao patriarcado de Constantinopla, é preciso estar atento não somente para os documentos dos séculos VIII e IX, mas também para os de séculos anteriores, principalmente os que dizem respeito a concílios, visto que esses registros nos proporcionam importantes informações acerca das imagens no século VII, como as atas do chamado Concílio Quinisssexto de 692, realizado em Constantinopla, que aprova oficialmente as imagens, ordenando que Cristo deixasse de ser representado como um cordeiro para ser retratado como uma pessoa para dar ênfase à Sua natureza

acreditarmos que a crise iconoclasta teve início antes mesmo da convocação do concílio, devido às atitudes já hostis do imperador em relação às imagens.

⁷ O documento referente à retirada do Cristo da *Chalké* faz parte da *Crônica* de Teófanos e pode ser encontrado in: MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993. pp. 151-152.

humana (RUNCIMAN, 1978), o que nos mostra que antes mesmo do início da crise iconoclasta, já haviam debates em torno das imagens.

Já em relação às atas referentes ao século VIII, ou seja, período referente à primeira fase da iconoclastia, um documento de extrema importância é, sem dúvida, o que diz respeito às decisões do Segundo Concílio de Nicéia, de 787, no qual o culto das imagens é legitimado e restabelecido, e onde também é possível encontrar extratos e fragmentos das decisões contrárias ao culto das imagens postas no concílio iconoclasta de 754, mais conhecido como o concílio de Hieria, que contém importantes informações acerca da política iconoclasta já que, segundo Ostrogosky, não nos restou nenhum documento iconoclasta na sua forma original devido à ordem de destruição desses registros pelos iconófilos em 787, sendo a preservação desses fragmentos feita apenas para a refutação e condenação dos ideais iconoclastas e seus adeptos. Já em relação às decisões do concílio iconoclasta de 815, que marca o início da segunda fase do iconoclasmo, Bryer e Haldon apontam que as suas atas também sobreviveram apenas em forma de fragmentos que podem ser encontrados na obra do patriarca Nicéforo.

Temos ainda em relação à segunda fase da crise iconoclasta, o concílio de 843, que ficou conhecido como o “Triunfo da Ortodoxia” ou “Domingo da Ortodoxia”, no qual a iconoclastia foi condenada e considerada uma grande heresia. Foram ainda restabelecidas todas as decisões do Segundo Concílio de Nicéia de 787, no qual o culto das imagens foi restaurado pela primeira vez. Segundo Bryer e Haldon, a ata original de 843 não sobreviveu, porém, podemos ter acesso a essas decisões tomadas no sínodo através do documento chamado *Synodikon da Ortodoxia*, lido no dia 11 de março de 843.⁸

Além das fontes já citadas acima temos também as que se referem a cartas e tratados teológicos polêmicos acerca da legitimidade ou não do culto das imagens e que também dizem respeito às questões que envolvem dogmas e crenças, que são fundamentais para o estudo dos séculos VIII e IX. Porém, Bryer e Haldon nos chamam a atenção para uma série de dificuldades que também podem ser encontradas nesses documentos, dificuldades estas que se referem ao problema da atribuição, em especial, de textos teológicos polêmicos, os quais a data de suas composições ainda são incertas. Além disso, há ainda o problema, do que os autores chamam de *interpolação*, que acontece com a maioria

⁸ Este documento que é considerado um documento suspeito, pode ser encontrado em uma versão em francês in: GRUMEL, Venance. Le patriarcat byzantine. Série I, les registres des actes du patriarcat de Constantinople. V. 1, Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registres de 715 à 1206. Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1989. Deuxième édition revue et corrigée par Jean Darrouzès, 1989. p. 65-66. N. 416.

dos textos do período, exigindo do historiador um exame mais atento e cuidadoso desses documentos, mesmo os que dizem respeito aos escritos originais de João Damasceno.

Neste sentido, podemos encontrar nesse tipo de fonte documentos referentes a indivíduos que tinham relação direta com a crise iconoclasta, tais como escritos produzidos pelos monges João Damasceno e Teodoro Studita, grandes defensores das imagens, além dos escritos teológicos atribuídos ao imperador Constantino V, que defendeu sua política iconoclasta não somente na força física, mas também através de seus textos que foram utilizados como base para o concílio de Hieria de 754, no qual o mesmo condenava as imagens.

Aos documentos dessa espécie que se referem ao primeiro período iconoclasta temos os polêmicos tratados teológicos de João Damasceno⁹, grande defensor das imagens e do culto das mesmas, que afirmava que através da matéria, ou seja, da imagem, era possível chegar às realidades intransitáveis. Temos acesso também a fragmentos dos escritos teológicos Constantino V, que podem ser encontrados no horos do concílio de 754, presente nas atas do concílio de 787, devido, como já foi dito anteriormente, à destruição da documentação original referente ao partido iconoclasta, o que nos faz ter acesso a essas fontes somente de forma indireta. Em seus escritos Constantino V rejeitava as imagens e seu culto, defendendo que ao se fazer uma imagem e chamá-la de Cristo, conseqüentemente, pinta-se a natureza divina de Cristo (que é homem e Deus) que não pode ser representada (ESPINOSA, 1972, p. 63). Apesar de termos acesso a essa fonte apenas de forma indireta, ela é de extrema importância para nós, pois é através dela que podemos ter uma ideia do que Constantino V e os adeptos da iconoclastia defendiam.

Outro importante tratado teológico do período, mas que se refere à segunda fase da iconoclastia é a defesa das imagens feita pelo também monge Teodoro Studita, que defendia que a veneração oferecida a uma imagem é o mesmo que a veneração oferecida a quem era representado na mesma, devido à semelhança entre o protótipo e o que é representado, defendendo assim, a possibilidade de produção e culto da imagem¹⁰.

Apesar de a política iconoclasta ter seu início decretado somente no século VIII, o problema relacionado à legitimidade da imagem ou não, já se apresentava no século IV

⁹ Esses documentos referentes aos tratados teológicos de João Damasceno podem ser encontrados em uma versão para o inglês em: MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993. pp. 169-172.

¹⁰ Extratos dos documentos que se referem aos tratados de Teodoro Studita podem ser encontrados em uma versão para o inglês em: MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993. pp. 173-175.

através da condenação de Eusébio de Cesaréia¹¹ ao pedido da irmã do imperador Constantino, Constância, para que o primeiro lhe enviasse um retrato de Cristo. Eusébio de Cesaréia não somente negou o seu pedido, como também chamou a atenção de Constância para o fato de que não era possível a produção de uma imagem de Cristo, devido à impossibilidade de se representar aquilo que é inatingível. Essa carta é de extrema importância para o entendimento do período, visto que é possível perceber através da mesma que já havia uma preocupação com o estatuto da imagem no Oriente medieval séculos antes da eclosão do iconoclasmo.

Não menos importante há ainda a possibilidade de saber o ponto de vista ocidental em relação à querela iconoclasta através do tratado franco intitulado *Libri Carolini*, composto por quatro livros, escrito por Teodulfo, em nome do Rei Carlos Magno. Segundo Lucy Cavallini Bajjani (2009), é possível perceber que em um primeiro momento que se refere à primeira fase do iconoclasmo, os francos apoiaram Roma condenando a iconoclastia, porém, em um segundo momento os mesmos passam a se colocar contra as imagens através dos *Libri Carolini*, onde defendiam que as imagens não devem ser cultuadas e tão pouco destruídas. É considerado um tratado político já que se coloca no centro das relações entre os imperadores orientais e francos, mas também entre as relações entre esses dois primeiros e Roma. A autora afirma ainda que esse tratado é apresentado enquanto uma refutação às decisões tomadas no Segundo Concílio de Nicéia de 787.

Apesar de não terem sobrevivido imagens referentes ao período iconoclasta, nos é possível ainda fazer uso de ícones produzidos nos séculos anteriores que sobreviveram ao período e também daquelas produzidas posteriormente, visto que as mesmas podem nos fornecer uma ideia de sua importância para os bizantinos. Isso pode ser visto, principalmente, após o Triunfo da Ortodoxia em 843, fato este que deu origem ao apogeu da arte cristã bizantina, entre os séculos IX e XI.

Perspectivas acerca do iconoclasmo bizantino: uma questão religiosa ou política?

Como já foi dito, o objetivo deste tópico é somente fazer uma discussão acerca das razões que poderiam ter levado à eclosão do iconoclasmo em Bizâncio e não o de propor uma nova teoria. Faremos isso através do ponto de vista de uma historiografia mais tradicional a partir de autores que escreveram sobre o assunto dos anos 1960 até a década de 1990 e de uma historiografia mais recente, na qual encontramos estudos publicados nos

¹¹ Essa carta pode ser encontrada em uma versão em inglês in: MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993. pp. 16-18.

anos 2000. Dentro desses estudos é preciso chamar a atenção para o fato de que são poucos os trabalhos referentes ao período iconoclasta em si, visto que esses estudos abarcam questões mais gerais do Império Bizantino, tais como Cristianismo, arte, entre outros. É importante também ressaltar que as principais obras sobre o período foram produzidas por autores estrangeiros visto que o campo de história medieval oriental é ainda pouco explorado por historiadores brasileiros (BOY, 2007, p. 27).

Sobre as causas para o início da iconoclastia no Império Bizantino no século VIII, podemos perceber entre os autores analisados que alguns atribuem o fenômeno a questões puramente religiosas, outros a questões políticas e alguns a esses dois campos simultaneamente. Dessa forma, em uma historiografia mais clássica que abarca importantes historiadores sobre a questão das imagens, veremos a seguir o que nomes como Georg Ostrogorsky, Franz Maier entre outros dizem a respeito.

Em sua obra, Ostrogorsky (1984) vê como possibilidade para o início do iconoclasmo as influências semitas que Leão III pode ter sofrido, visto que as duas religiões do livro como o cristianismo, ou seja, o islamismo e o judaísmo não eram adeptas de representações. Assim, a iconoclastia seria uma forma de buscar para a religião cristã uma “espiritualidade pura”. Porém, o autor não descarta as motivações políticas afirmando que os imperadores iconoclastas viam na crescente riqueza e prestígio dos monges um problema, o que levou a uma violenta perseguição aos mesmos e a destruição dos mosteiros por estes abrigarem relíquias e imagens. Além disso, o autor vê também a política iconoclasta como uma forma do poder imperial submeter a Igreja às suas vontades e poder.

Assim como Ostrogorsky que via o movimento iconoclasta enquanto um movimento antimonástico, temos também Charles Diehl (1961) que afirma que havia uma tentativa dos monges de libertar a Igreja do poder imperial; Steven Runciman (1978) afirma que a origem Síria do imperador Leão III teria o influenciado, devido ao fato de que a população dessa região tinha uma verdadeira aversão às imagens e seu culto; e Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Filho (1985) que além de afirmarem que os imperadores iconoclastas viam o setor monacal como seu adversário, afirmam também que o problema com os monges vinha do fato de que os mosteiros tiravam jovens dos serviços prestados ao Estado, tais como soldados, marinheiros, que acabavam por preferir a vida monástica a correr riscos em batalhas em prol do Império.

Paul Lemerle (1991) assim como os autores citados acima também chama a atenção para fatores políticos, assim como para os religiosos. O autor afirma que em relação aos

fatores religiosos estava a necessidade da religião cristã de se purificar daquilo que os imperadores iconoclastas achavam que beirava o paganismo, ou seja, as imagens e seu culto, já que as mesmas não se encontravam nas origens do cristianismo. Já em relação às questões políticas, além de afirmar, assim como os outros autores que a iconoclastia teria começado por problemas referentes ao monacato bizantino, Lemerle afirma que havia também uma tentativa de evitar com que a população anicônica do Império fosse seduzida pelo Islamismo.

Já Franz Maier (1986) que além de também defender a ideia de que a política iconoclasta teria começado em decorrência dos problemas relacionados aos monges, defende também que o seu início estaria relacionado com a questão da estabilidade do Império, visto que o apoio à nova política de Leão III contra as imagens existia aonde havia uma ameaça de invasão territorial. O autor cita a Grécia como exemplo, afirmando que a população da mesma não teria apoiado a política iconoclasta em decorrência do baixíssimo risco de invasão que essa região sofria. Maier ainda afirma que a importância do iconoclasmo estava no forte governo imperial, no controle deste último sobre a Igreja e na organização das finanças, apesar dos territórios perdidos na segunda fase da querela das imagens.

Como pudemos perceber todos os autores analisados acima, que se referem a uma historiografia bizantina mais clássica, atribuem o início da crise iconoclasta a questões tanto políticas quanto religiosas. Sendo assim, temos ainda um importante autor, Alain Besançon (1997) que em sua obra faz uma análise do estatuto da imagem não somente no decorrer do iconoclasmo bizantino, mas também no decorrer da História. No caso bizantino que está em questão, o autor atribui o início da iconoclastia a motivos puramente religiosos, afirmando que os imperadores iconoclastas se apoiaram na citação Bíblica do Antigo Testamento¹², na qual proibiu-se a produção e uso de imagens, na busca da “tradição verdadeira”, ou seja, às origens do cristianismo onde não existiam representações. O autor afirma ainda que os imperadores iconoclastas queriam acabar com a idolatria que era considerada uma grande heresia.

Já em relação a uma historiografia mais recente podemos perceber que alguns autores tem o pensamento um pouco parecido com o que aparece na historiografia tradicional, enquanto que outros procuram novas perspectivas acerca do iconoclasmo, no intuito de tentar compreender o que ainda não ficou claro sobre o período, devido à falta

¹² “Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça para você ídolos, nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra”. In: BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. ÊXODO 20:3, 4.

de documentação esclarecedora. Marie-France Auzépy (2008), por exemplo, não acredita nos fatores relacionados à influência semita e muito menos em um aparente aniconismo da parte Oriental do Império, pois para a autora não há comprovação histórica para se acreditar em tais motivos. Porém, assim como Maier, acredita que o iconoclasmo deve ser entendido enquanto uma forma de luta para garantir a sobrevivência do Império, visto que a iconoclastia entrou em vigor justamente numa época em que a idolatria se espalhava em todo o Império, o que a faz crer que a escolha de Leão III pela política iconoclasta que proibia a idolatria, induziria a Deus para a concessão de vitórias contra o inimigo, o que acabou por acontecer. Ou seja, o sucesso sobre as invasões árabes teria vindo justamente quando se proibiu o culto das imagens, era como uma recompensa de Deus. Auzépy afirma que isso pode ser visto também quando se restabeleceu o culto das imagens pela primeira vez, em 787, o que acabou por coincidir com diversas derrotas militares bizantinas, e que o retorno da iconoclastia em 815 foi seguido de vitórias contra os búlgaros. Para a autora, o movimento iconoclasta pode ser considerado como um componente religioso para auxiliar na sobrevivência do Império.

Em contraposição, Robin Cormack (2008) assim como alguns autores já citados defende a questão da idolatria como fator para o início do iconoclasmo, mas chama a atenção para a questão da ascensão do islamismo e das invasões árabes que para ele não devem ser descartadas. Para o autor, a eclosão da iconoclastia seria uma resposta às circunstâncias relativas à situação política do Império no século VIII.

Timothy Gregory (2005) é outro autor que também não acredita na influência islâmica e judaica como um dos motivos para a guerra contra as imagens e tão pouco acredita na visão da iconoclastia enquanto um movimento antimonástico. O autor considera plausível a ideia de que o iconoclasmo era uma tendência autocrática do imperador, considerado, como já foi dito anteriormente, o representante de Deus na terra, sendo assim, uma luta entre o imperador e o ícone, por sentir que Deus estava punindo o Império, devido à idolatria, que era uma grave heresia. Assim, a falha de Bizâncio contra as invasões árabes foi uma resposta de Deus aos idólatras. Porém, Gregory afirma que a explicação mais convincente seria o fato do iconoclasmo ter iniciado no século VIII devido à crença pessoal do imperador Leão III, que como tal, sentia que tinha uma responsabilidade pessoal para com Deus e para com os seus súditos em relação ao ensino da prática religiosa correta, na qual o caráter autocrático de seu poder o fez impor suas próprias visões em relação às práticas religiosas sobre todo o Império sem levar em

consideração o que desejava o público mais amplo que defendeu energeticamente as imagens no decorrer do processo.

Já Michael Angold (2002) afirma que Leão III via o Império Bizantino como uma comunidade reunida que seria uma nova Israel, onde somente conseguiria se equiparar à força adquirida pelo islamismo através de uma retomada das raízes cristãs do Antigo Testamento. Para o autor, por trás da política iconoclasta é possível perceber um reconhecimento referente ao grande sucesso islâmico. Além disso, afirma que os imperadores não eram contra todos os monges, já que haviam muitos mosteiros a favor da nova política contra as imagens, e sim contra aqueles que enganavam a população, ou seja, os charlatões. Para o autor:

(...) o iconoclasmo foi de imenso benefício para Bizâncio. Leão III e Constantino V usaram-no como um encobrimento para a restauração das bases da autoridade imperial, que ficara comprometida pelo triunfo do islamismo. Isso permitiu a Bizâncio escapar da anarquia política na qual caíra nas primeiras décadas do século VIII. Os imperadores iconoclastas deixaram uma autoridade imperial eficaz, que fundamentou as realizações da dinastia macedônia em fins dos séculos IX e X. Os iconoclastas também desafiou a dominação monástica da cultura, que fora uma característica do século VII. O nível de educação elevou-se; o ensino secular foi cultivado por si mesmo, e deu-se uma recuperação de muitos aspectos da cultura clássica. Ele restaurou para a cultura bizantina um equilíbrio que se vinha perdendo.” (ANGOLD, 2002, p. 86)

No que se refere às ideias de John Haldon (2010), este, assim como Angold, pontua que há pouca evidência em relação a uma oposição monástica à iconoclastia e que esse acontecimento teria sido levantado pela imperatriz Irene e pelo patriarca Tarásio, pois é fato que poucos foram os monges como Teodoro Studita que se colocavam publicamente contra a nova política do Império, e, ainda supõe, que os historiadores estejam dando muita ou mais atenção e importância a esses monges do que eles realmente podiam ter. Afirma também que muitos mosteiros eram a favor da iconoclastia, assim como foram recompensados pelos imperadores por isso. Para Haldon o iconoclasmo é mais um fenômeno totalmente de cunho imperial e de legitimidade deste poder, do que um fenômeno ligado à teologia e à questão de dogma, que dava muito pouca importância à opinião popular.

Y ante la falta de alguna evidencia para corroborar la posterior afirmación iconófila sobre la naturaleza de la oposición popular a la iconoclasia imperial, podemos solamente concluir que la iconoclasia fue, para la gran mayoría del pueblo o del mundo bizantino en los siglos VIII y IX, una irrelevante o poco importante forma de practicar su fe. Al respecto, tal vez pueda ser útil comparar el monotelismo oficial del reinado de Constancio II. Y esto significa que necesitamos radicalmente re-escribir la historia social y política del imperio en los siglos octavo y noveno. (HALDON, 2009, pág. 11)

Neste sentido, como pudemos ver nos autores citados acima, a grande maioria atribui como causas para o início do movimento iconoclasta questões relativas à religião e/ou política e que essas causas variam de acordo com a abordagem de cada autor. Os autores mais clássicos se dividem entre causas religiosas que dizem respeito à idolatria e causas políticas referentes ao crescimento dos monastérios e sobrevivência do Império frente às invasões árabes. Já os autores mais recentes procuram outras frentes para tentar compreender o fenômeno, porém, é possível perceber que também se dividem entre razões políticas e religiosas.

Considerações finais

Há ainda uma grande discussão entre os historiadores que estudam Bizâncio acerca dos motivos que poderiam ter levado o imperador Leão III a proclamar o início da política iconoclasta nos séculos VIII e IX. A maioria vem atribuindo o seu início a questões políticas e/ou religiosas, enquanto que alguns autores mais recentes vêm tentando encontrar outras vertentes que expliquem melhor o fenômeno, devido às incongruências e falhas de análises devido à escassez de fontes sobre o período.

Neste sentido, é preciso chamar a atenção para a importância da civilização bizantina para a História, visto que a mesma, nas palavras de Lemerle, não foi uma simples continuação do Império Romano do Ocidente após o seu declínio, mas sim um Império com suas características próprias e que sobreviveu por onze séculos a invasões e golpes, sendo de extrema importância que os historiadores estudem mais a fundo sua história e, principalmente, suas especificidades, como o caso da iconoclastia.

Referências Bibliográficas:

- ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Tradução: Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp. 68-86.
- AUZÉPY, Marie-France. *State of emergency (700-850)*. In: SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of the Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 251-291.
- BAJJANI, Lucy Cavallini. *Estudo dos 'Libri Carolini': uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2009.
- BESANÇON, Alain. *A imagem proibida*. Uma história intelectual da Iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Êxodo: 20:3, 4.

- BOY, Renato Viana. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino-726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.
- BRYER, Anthony; HALDON, John (General Editors). *Byzantium in the iconoclast era (ca 680-850): the sources*. Centre for Byzantine, Ottoman and Modern Greek studies University of Birmingham, 2001.
- CAMERON, Averil. *O texto como arma: polêmica na “Idade das Trevas” de Bizâncio*. In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Gug. (Org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1998. PP. 242-263.
- CORMACK, Robin. *Chapter III. Art and Iconoclasm*. In: CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Cap. V e VI.
- ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.
- GREGORY, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 5.
- GRUMEL, Venance. *Le patriarcat byzantine. Série I, les registes des actes du patriarcat de Constantinople. V. 1, Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registes de 715 à 1206*. Paris: Institut Français d’Études Byzantines, 1989. Deuxième édition revue et corrigée par Jean Darrouzès, 1989. pp.
- HALDON, John. *Iconoclasia en Bizâncio: mitos y realidades*. Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna, Buenos Aires, v. 42, 2010.
- JUNIOR, Hilário Franco; e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O Império Bizantino*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção “Tudo é História”. Pp. 12-31.
- KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 2 vol. Vol. 2.
- KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 3 vol. Vol. 3.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. Tradução: Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1986. Seção 2.
- MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire, 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1993. Pp.

OSTROGORSKY, Georg. *Historia Del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984. pp. 157-216.

RUNCIMAN, Steven. *A Teocracia Bizantina*. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.